

## E PARA A ESCOLA, NÃO VAI NADA ?

Maria José Vitorino Gonçalves  
Professora do Ensino Básico. Bibliotecária-Documentalista  
Escola EB 2,3 Dr. Vasco Moniz, Vila Franca de Xira

Resumo:

*As bibliotecas, mediatecas e centros de recursos escolares enquanto unidades documentais com contornos específicos, carecendo de saberes profissionais específicos e de uma gestão da informação que privilegie os aspectos pedagógicos, e, simultaneamente, como o pólo de estratégias de formação de utilizadores de unidades documentais ao longo da vida, contribuindo decisivamente para a existência, e a exigência, de interlocutores dos profissionais da documentação e da informação no futuro, quer enquanto públicos, quer enquanto produtores de informação, parceiros de projectos ou decisores institucionais.*

*Balanço crítico dos dados disponíveis quanto ao primeiro grande investimento público neste campo, o Programa de Rede de Bibliotecas Escolares (1996- ), segundo pontos de vista internos às Escolas e aos movimentos que nelas se desenvolvem, no contexto de uma Sociedade de Informação em que vivemos, ou onde nos vamos encontrar.*

Abstract:

*School libraries, school media libraries and school resources centers as a special field of work, needing specific professionals skills and information management centered in pedagogical issues, as well as leading point for users training. Quality - and quantity - of futurs interlocutors for any information professional depending of the present investment in this area, it is crucial for the promotion of demanding publics, meanfull creators, as well as of cooperative partners and adjusted leaders.*

*Critical approach of the available information on the first important public politic on school libraries, the Portuguese National Program for a School Libraries Network (1996- ), from a school - inside point of vue, within the information society we are living in or moving into.*

Gostaria que esta comunicação marcasse um discurso autónomo por parte das bibliotecas, mediatecas e centros de recursos escolares, que, por serem um sector carenciado no nosso país, não deverão ser objecto de abordagens paternalistas - ou maternalistas, se preferirem - sob pena do que acontece a quem precisa de crescer e assim é tratado : atrofiarem, sucumbindo a estas boas intenções, mesmo num país em que, apesar do abandono e desatenção a que foram quase sempre votadas, algumas experiências foram vingando, mais ou menos bravias, mais ou menos consistentes, fruto de movimentos de carácter pedagógico e de uma ou outra intervenção focalizada por parte de agentes exteriores à escola, que souberam alimentar ou promover alianças com docentes e não docentes, rentabilizando recursos numa lógica de desenvolvimento das comunidades locais.

Estou a pensar, como muitos daqueles que me ouvem, quer nos projectos concretizados em escolas de todos os graus e níveis de ensino, um pouco por todo o país, quer nas formas de cooperação

encontradas com algumas bibliotecas públicas, uma ou outra instituição de ensino superior, pontualmente mesmo com profissionais da documentação e da informação que contribuíram para este crescimento.

Crescimento inegável, mas pouco sustentado, feito de gestos mais ou menos efémeros, projectos e programas que supriram a falta de políticas oficiais neste sector com as forças que dá a necessidade. E que necessidade?

Necessidade real do próprio sistema educativo, imposta pela crescente importância das metodologias activas, do domínio - exigência curricular transversal - das competências no tratamento e na produção de informação, que mais tarde ou mais cedo levaram professores, decisores educativos, investigadores dos temas pedagógicos e movimentos de inovação nas escolas a retornar ao problema da gestão da informação e dos recursos educativos, em todos os suportes, da promoção da literacia dentro e fora das salas de aula, da educação para e com os media, da concepção da escola enquanto território e equipamentos que favorecem ou, pelo contrário, inibem, a criatividade, a autonomia, os saberes - não havendo nisto terceira alternativa, e sempre, em tudo, mais ou menos explícita, ressaltar consequente e denunciadora da coerência dos projectos educativos a Biblioteca Escolar, chamando-se-lhe este ou outro nome, lugar ou lugares de mobilização de todos os suportes, apoio de mestre e de aprendiz, serviço indispensável a uma higiene pedagógica, serviço mínimo exigido por qualquer comunidade verdadeiramente educada, interessada em promover cidadãos activos não só na sua terra, no seu país, como também no mundo cada vez mais navegável... por quem souber navegar, claro. Por História, Tradição e Cultura, ninguém melhor que os portugueses conhece a importância deste saber, mesmo quando a nau é diminuta, e a distância entre os que viajam e os que se quedam na praia, ou não encaram o mar.

Deixemos estas alegorias e voltemos às práticas quotidianas.

Falava eu de necessidades reais. Do Sistema Educativo - já referi, e os próprios documentos oficiais confirmam, na Reforma Curricular, a importância dos objectivos transcurriculares relacionados com as competências de tratamento e produção de informação, muito embora, e de forma a que nos habituámos com a leitura dos documentos dos diferentes governos, sejam soberanamente - e incoerentemente - omissos quanto a uma política de construção dos recursos indispensáveis a uma efectiva democratização do acesso a estas aprendizagens, e, por inevitável associação, a todas as outras. Até que chegamos a 1996, e ao Programa de Rede Nacional de Bibliotecas Escolares. Retenham esta data : já lá voltaremos.

Antes, falemos de outras necessidades, as tais que, como diz o provérbio português, “aguçam o engenho”.

Necessidades de alunos e professores, profissionais conscientes dos novos desafios deste fim de milénio, na tal “Sociedade de Informação” que a todos nos ocupa neste Congresso, como outros, pioneiros, o tinham sido da alfabetização e da escola pública, cem, setenta, cinquenta anos atrás, e outros da educação pela arte, da formação para a cidadania, do multiculturalismo, em anos mais próximos de nós, embora geralmente com atraso em relação a países europeus nossos vizinhos ou menos vizinhos, e quase sempre com desatenção, desprezo ou mesmo obstáculo dos Poderes Nacionais? Certamente, certamente, aqui como noutros capítulos da nossa História deste século, a que não escapam as Bibliotecas, e cujo relato aguarda os seus historiadores...

Mas também necessidades, cada vez mais afirmadas nestes últimos anos, da própria sociedade, do tecido económico, dos modelos de desenvolvimento que, cada vez mais, não podem ignorar o valor da informação e das destrezas necessárias não só por parte de um corpo de especialistas como,

igualmente, por massas : grupos muito numerosos de utilizadores / produtores, simultaneamente agentes da produção e elementos dos mercados dos produtos desenvolvidos.

E no que diz respeito aos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, destinatários primeiros deste Congresso? Igualmente se têm encontrado, entre estes, vozes mais ou menos audíveis que denunciam, não só cuidados, mas ainda necessidades de mais e melhor trabalho nas e das Bibliotecas Escolares : quer porque são muitas vezes chamados a disponibilizar serviços alternativos em Bibliotecas Públicas e outras, remediando uma lacuna de certo modo alheia, com o inerente prejuízo dos recursos mobilizáveis para as finalidades essenciais das unidades que gerem, quer porque, conscientes da evolução próxima e futura da sociedade, valorizam cada vez mais a quantidade e a qualidade dos seus interlocutores.

Para estes profissionais, é importante ver crescer em número os seus utilizadores, mas não menos importante é poder contar com uma maior capacidade destes para utilizar a informação, de modo a que o apoio do pessoal especializado seja rentabilizado, permitindo uma satisfação do público com maior rapidez , pertinência e utilidade. Por outro lado, tão essencial como esta evolução dos destinatários, é a diferença que faz encontrar interlocutores - parceiros noutras instituições, decisores informados dentro e fora das entidades de que dependem os bibliotecários, arquivistas e documentalistas - que cresceram intelectualmente sobre uma educação básica comum que integre as competências atrás referidas. Por outras palavras, que convivam normalmente com bibliotecas desde pequeninos, habituando-se não só a viver e aprender com elas, com todos os instrumentos e recursos que mobilizam, como, ainda, a **não passar sem elas, encarando-as, naturalmente, como equipamentos e património colectivos essenciais num regime democrático e em comunidades em desenvolvimento.**

Quer isto dizer que, por constituírem um problema, de certo modo, de todos, qualquer um o pode resolver, sendo indiferente a preparação dos recursos humanos envolvidos? De forma alguma, e antes pelo contrário : por ser importante o investimento neste campo, é que é de exigir a maior especialização e adequação da formação dos que nele levam à prática qualquer política efectiva de promoção das Bibliotecas Escolares.

Especificidade que não é maior, de resto, que a que hoje é exigida em cada uma das diferentes unidades documentais em que trabalhamos, o que, gerando diversidade de perfis profissionais, veio colocar na ordem do dia por um lado, a reformulação da formação inicial, e, por outro, a atenção à riqueza das ofertas válidas de formação contínua, pois nesta como noutras áreas, não basta ter cursos, é preciso gerir percursos de formação ao longo da carreira. Se os movimentos nas escolas apontam para a formação pedagógica como valor acrescentado para quem quer trabalhar neste domínio, o mesmo valor acrescentado foi encontrado, empiricamente, na formação especializada em biblioteconomia e documentação, procurada sem contrapartidas reais na carreira por dezenas de professores motivados para esta área. Por outro lado, está por fazer a experiência de integrar técnicos superiores não docentes no dia-a-dia das escolas, de forma sistemática e generalizada : as experiências com psicólogos e orientadores profissionais são localizadas, pouco significativas... e nem sempre animadoras, mesmo em áreas em que a interacção com as práticas pedagógicas não é tão evidente - e inevitável - como esta.

Lembre-mos, pois, das tais necessidades, que “aguçam o engenho” mas também “põem a lebre ao caminho”, e fazem, só por si, que, mesmo sem políticas oficiais, num estado muitas vezes de semi-clandestinidade, ou de existência tolerada, tenham, efectivamente, sido desenvolvidas unidades documentais em escolas portuguesas, com diferentes opções, recursos e prioridades mas com

vitalidade suficiente +para não se conseguir pôr uma pedra em cima do assunto.

Em 1996, foram muitas as “lebres” e mesmo as “tartarugas” - para usar a fábula que é nosso património comum, mesmo dos que nunca conheceram uma biblioteca escolar, e isto pode acontecer até entre bibliotecários das gerações aqui presentes - que compareceram à chamada da BAD, num Encontro Nacional realizado em Lisboa, com mais de 600 participantes, professores, bibliotecários e outros. Nesse mesmo ano, poucos meses depois, era divulgado o relatório de um Grupo de Trabalho criado em 1995, por despacho conjunto dos Ministérios da Cultura e da Educação, mais tarde publicado com o sugestivo e promissor título “Lançar a rede de bibliotecas escolares”, em duas versões, uma integral, e uma resumida. Com base neste trabalho, foi criado o Programa de Rede de Bibliotecas Escolares, nomeando-se um Gabinete Coordenador e estipulando-se um horizonte de 3 anos para o seu arranque, e uma meta ao mesmo tempo máxima, porque grandiosa, e mínima, porque essencial : todas as escolas do país com bibliotecas escolares no ano 2000. Tal como, muitos anos atrás, alguém postulou essencial o quadro preto para todas as escolas ( o que se concretizou, não sem dificuldades e detractores), ou, noutra plano, casas de banho para todas as escolas (demorou mais a alcançar do que muitos dos presentes recordam ou imaginam) ou, ainda, cantinas para todas as escolas (não sorriam, não, porque esta meta ainda não foi atingida, ou seja, o século XXI vai demorar a chegar à barriga...).

Passado quase metade do tempo concedido a este Gabinete para desenvolver tão ambicioso projecto, que tipo de balanço podemos fazer, aqueles que, a partir das escolas, e sem acesso particular a informações reservadas, ficámos a aguardar, com fortes e positivas expectativas, as medidas necessárias?

Ainda em 1996, receberam as escolas um inquérito sumário, para levantamento de necessidades e projectos neste campo. Positivo : chegou a todas as escolas, indiferentemente do grau de ensino, era simples e exequível, anunciava uma recolha de dados organizada com inteligência para informar decisões futuras, e coerente com as propostas do Relatório atrás referido (muito embora, nesse momento, fosse mais restrito o número de escolas com acesso a este texto, divulgado ainda de forma limitada). Pouco tempo depois, algumas destas escolas têm uma agradável surpresa, com um reforço de responsabilidade : sabem que foram consideradas escolas correspondentes, com a atribuição de uma verba destinada à biblioteca, mediateca e, ou centro de recursos, mediante a aceitação de se disponibilizarem para partilhar experiências e funcionarem como apoio de outras escolas onde o programa fosse lançado. Positivo : toda a gente gosta de ver reconhecido mérito ao seu trabalho, e uns dinheirinhos fazem sempre jeito, sobretudo quando não há rubrica nos orçamentos escolares para este campo, e assim se fomentou uma atitude favorável à colaboração com as medidas a desenvolver, o que podia mobilizar - a custo zero - ajudas e apoios que talvez fossem importantes, por corresponderem a gente envolvida no terreno. Menos positivo : ninguém soube quais os critérios de selecção das escolas correspondentes, e a verba, tal como o inquérito, eram endereçados aos Conselhos Directivos, pelo que alguns conflitos internos poderão ter-se agudizado, como sempre em casa onde há poucas verbas, e uma pequena migalha suscita às vezes reacções violentas, e o prazo de entrega de realização das aquisições, com o correspondente relatório detalhado - mais um contributo para um banco de dados sobre a situação real das bibliotecas escolares portuguesas, compreendia-se - obrigou nas escolas a um intensificar do trabalho dos professores responsáveis. Ainda menos positivo : mais de um ano depois, as escolas “correspondentes” nunca receberam mais nenhuma correspondência, e perguntam-se afinal com que se comprometeram...

E chegara, assim, Fevereiro de 1997.

Na Internet, entretanto introduzida nas bibliotecas escolares, por força de um outro programa oficial

- a UARTE - e reforçado por um terceiro, de formação de recursos humanos e promoção da utilização das tecnologias da informação - o NÓNIO - os professores encontram a Rede das Bibliotecas Escolares, onde podem ler o relatório Síntese do Grupo de Trabalho atrás referido.

Ainda em 1997 arrancam, no entanto, as primeiras “escolas da rede”, ou seja, aquelas onde vai, de facto, arrancar o Programa, com a colaboração de Autarquias, Bibliotecas Públicas, Serviços Regionais e Locais do Ministério da Educação. Escolhidos são, primeiro, os concelhos, e, depois, as escolas em cada um deles contempladas - superiormente, e sem divulgação pública nem dos critérios, nem dos intervenientes, nem dos próprios concelhos seleccionados. São 16 concelhos, 90 escolas, e, embora o Gabinete faculte, a pedido, a sua lista, aparentemente a ninguém ocorre o interesse da sua difusão, por exemplo, junto ao relatório-síntese patente na internet. Haverá escolas, mesmo, surpreendidas com a escolha de si mesmas. Todas, porém, assinarão protocolo com os outros intervenientes, pois, mesmo que a iniciativa não tenha partido da escola - e pelo menos formalmente tal nunca se terá verificado - o projecto só arranca quando assumido por todos.

Pelo que vamos sabendo, de modo informal, arrançam algumas experiências de formação de professores, e as propostas de intervenção em espaços e equipamentos lá vão avançando, de forma diferenciada.

Era um arranque com algumas dificuldades, hesitações e inseguranças. E no entanto, algo se movia... nas escolas seleccionadas, e também noutras, que foram desenvolvendo projectos tal como já antes o faziam, e recorrendo a apoios e programas diversificados, segundo lógicas próprias.

Por constrangimentos financeiros, logísticos - o espaço efectivamente disponível nas escolas, por exemplo - ou outros, os padrões da UNESCO, referidos no Relatório inicial, nem sempre se podem cumprir integralmente.

No que toca aos recursos humanos, a BAD é consultada quanto a uma carreira de técnico adjunto de biblioteca e documentação, fundamentando o seu parecer quer na grande importância destes quadros nas escolas ou grupos de escolas, quer na necessidade de uma formação do mesmo nível da dos restantes técnicos com a mesma categoria. Consultada a Associação ainda quanto a um relatório sobre o professor-bibliotecário e a sua formação, o Grupo de Trabalho de Documentação e Informação Escolar, e mais tarde o Conselho Técnico da Associação, exprimem um opinião cautelosa quanto aos perfis profissionais em jogo, insistindo, ao mesmo tempo, no papel fundamental dos professores em qualquer trabalho nesta área, e na necessidade de formação especializada em ciências documentais, sem prejuízo de recurso a técnicos superiores não docentes, e da coexistência de diferentes modelos de formação contínua, para todos os intervenientes.

Já em 1998, tivemos conhecimento de um documento de trabalho, entre Ministério e Sindicatos da Função Pública, onde se preveem as carreiras de Técnico-Adjunto e de Técnico Superior de Bibliotecas e Documentação, para as escolas, com quadros de vinculação regional e de afectação por escola ou grupos de escola, num modelo algo complexo que implica solicitação pela Escola destes recursos.

Noutros documentos oficiais, como o despacho sobre Gestão e Autonomia das Escolas, ou os que regulamentam a Carreira Docente, as bibliotecas, mediatecas e centros de recursos nunca são referidos explicitamente, numa atitude de promoção da leitura criativa entre os que se empenham na construção destas estruturas na escola, pretendendo ultrapassar o quadro do efémero, e que, se forem optimistas, forçarão o texto da lei (por exemplo, descortinando um papel no elenco dos Serviços de Apoio Educativo... ou na representação periódica dos Cursos de Formação Especializada - 250 gloriosas horas 250 - em... Comunicação e Informação, grande família que vai

do Teatro... à Informática...).

Uma novidade surge, no entanto, de relevo em 1998 : as candidaturas das escolas nos concelhos adicionadas, em 1998/99, à Rede. Embora continuemos sem saber porque foram estes os concelhos escolhidos, tão superiores e reservados são os critérios, desta feita as escolas dos ditos concelhos puderam candidatar-se (com excepção de 1), bem como as dos concelhos já antes escolhidos, e que encetam assim uma 2ª geração de intervenções, subindo a mais de 100 o total previsto para o próximo ano lectivo.

Nunca será demais sublinhar que este facto, por si só, revela uma derrota do paternalismo que inicialmente revelei, embora só em parte - os critérios de selecção continuam reservados, e estes mesmos dados que agora refiro não constam da informação divulgada via internet - e que é o mínimo se se pretende evitar perdas de tempo e mal-entendidos como o conhecido da história do escuteiro voluntarioso e da velhinha que não queria atravessar a rua... Como todos sabemos, ter apetite é meio proveito, e raramente se induz o apetite no comensal já sentado à mesa, ainda menos se obrigado à ceia em casa própria, mas com ementa alheia.

De tudo o que fica dito, gostaria que ficasse bem claro que não ponho nunca em causa a probidade, o empenho e a capacidade das pessoas que aceitaram fazer parte do Gabinete Coordenador, por muito crítica que pareça a abordagem dos primeiros meses do seu trabalho. Como professora, sei bem que deve haver poucos organismos onde seja mais difícil desenvolver um trabalho deste tipo que o Ministério da Educação e, mesmo, as escolas, sobretudo em processos que se iniciam a partir do exterior a estas, e no interior da administração daquele. O inegável atraso (em decénios) de uma política de promoção da leitura escolar envolvendo as bibliotecas escolares não facilitava as tarefas, ainda mais complexas por envolverem diferentes interlocutores, e pelo inédito da abordagem, só enganadoramente paralela aos Programas de Promoção de Rede das Bibliotecas Públicas.

Após um ano de experiência, e embora este Programa não se assumisse como experimental, somos muitos os que aguardam as reformulações, correcções e alternativas em aspectos tão importantes como os apoios no terreno, a concretização de normas e padrões internacionais, a formação dos recursos humanos e o traçado de rotas de convergência (espera-se que não de colisão) com as experiências e os projectos anteriormente existentes, mesmo que de escolas correspondentes abandonadas sem correio, ou de bibliotecas escolares “despertadas” pela internet para novos desafios. Para lá do público em geral, há neste campo um público muito particular e exigente, persistente, mesmo teimoso, ora crítico porque interessado, ora duro porque pragmático, ora desencantado porque utópico, o dos os que têm investido, e continuam a investir, no terreno. Sem me considerar exemplo, longe disso, foi pelos olhos deste público que tentei contar esta história, sem perder o optimismo mesmo quando algo me desconcerta e desilude, pois, por muito importante e crucial que este momento que vivemos seja - e é-o, estou certa - é mais um momento de um caminho muito longo, que até aqui chegou e por nós passará : não o inventámos, mas acredito que nele faremos diferença, consoante formos capazes.

Outras visões pode haver da mesma história : outros contadores encontrarão para se fazer ouvir, e aqui gostaria de as entender também. Falo, desta vez, só pela minha pele ; outros e outras conheço que respiram por poros muito parecidos. Não pretendo universalizar, apenas contribuir.

É precisamente por, sem paternalismos - ou maternalismos, se preferirem - e com grande respeito pelas pessoas envolvidas, e pelo desafio que aceitaram, que, tal como gostaria que outros fizessem em relação à Escola, vou acompanhando criticamente, porque atentamente, de forma preocupada mas, espero, serena, os esforços realizados, com avanços e recuos, certamente, correcções de

percurso sem dúvida, mas, estou segura, a seriedade inerente à construção de diálogos frutuosos porque directos, despidos de distrações porque verdadeiramente interessados no essencial : TODAS, mas todas, as escolas portuguesas com bibliotecas, mediatecas ou centros de recursos. A tempo, em tempos certos, que só podem ser os da qualidade. A tal condição da nossa dignidade mas, cada vez mais, também da sobrevivência enquanto comunidade.

